

AS HOMENAGENS A MACHADO DE ASSIS



Vários oradores ressaltaram a importância do bruxo do Cosme Velho para a vida nacional. Exposição de fotos antigas e lançamento de livros constaram das homenagens. 4 e 5

Na foto, Antonio Barbosa (1º à esq.), Eros Grau, Efraim Morais, Marco Maciel, Osmar Serraglio e Ana Cláudia Badra

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.932 – Brasília, quarta-feira, 26 de novembro de 2008



Geraldo Magela



Geraldo Magela

Deve ser votado logo projeto que retira 11 milhões da informalidade

Após a desobstrução da pauta, Senado deve examinar proposta que cria a figura do microempresário individual, discutida em reunião do presidente da Casa, Garibaldi Alves, com o ministro da Previdência, José Pimentel, o secretário de Emprego de São Paulo, Afif Domingos, e lideranças partidárias. 3

Mesa rejeita fim do uso de gravata e paletó no Senado

Senadores entendem que não é momento de abrir mão da tradição. 3

Mais proteção à indústria brasileira

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova criação de conselho para combater prática desleal. 7

Paim anuncia nova vigília por reajuste de aposentados

Movimento pode recomeçar na noite de hoje, segundo Paulo Paim. 3

Meia-entrada limitada a 40% dos ingressos

Projeto que assegura meia-entrada a estudantes e pessoas com mais de 60 anos é aprovado pela Comissão de Edu-

cação. O texto acolhido limita a venda pela metade do preço a 40% do total de lugares oferecidos ao público. 4 e 5

Na foto ao alto, Garibaldi (à dir., ao lado de Sarney) preside sessão do Senado em que Jucá defende a votação do projeto de conversão

Plenário altera reajuste de servidor, que volta à Câmara

O Plenário aprovou ontem duas emendas a projeto de conversão originário de medida provisória que concede reajuste salarial a diversas carreiras típicas de Estado. Com as mudanças, a proposta retorna ao exame da Câmara dos Deputados. A votação foi acompanhada por grupos de servidores integrantes das categorias beneficiadas. 3



Márcia Kellume

Artistas posam com senadores depois que a Comissão de Educação aprovou a proposta em caráter terminativo

Regularização é ponto de partida para o equacionamento dos problemas da região, defende o presidente do Senado em evento internacional

Garibaldi pede fim do caos fundiário na Amazônia

O PRIMEIRO PASSO para que o Brasil encontre uma solução para os problemas da Amazônia é acabar com o caos fundiário existente na região, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, no seminário internacional *O Desafio da Regularização Fundiária da Amazônia*, promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e pelo Banco Mundial (Bird).

Na opinião do senador, a regularização fundiária é ponto de partida para o equacionamento dos problemas da Amazônia, sobretudo os que se referem à exploração predatória da floresta.

– O assunto é um desafio enorme, a tarefa é hercúlea, há inúmeras interfaces envolvendo terras indígenas, populações tradicionais, exploração da biodiversidade, biopirataria, exploração mineral, além, claro, das questões ambientais. E menos de 4% das terras da Amazônia estão em mãos de particulares com situação jurídica consumada.

Garibaldi disse que a pe-



Mangabeira Unger, Garibaldi Alves e Rogério Bacelar durante o seminário

dra de toque para acelerar a regularização fundiária é a simplificação normativa. Assim como o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes – que também discursou no evento –, o senador se referiu ao emaranhado de regras legais dispendo sobre a matéria, o que, em sua opinião, termina impedindo essa regularização.

– O Congresso reitera aqui todo o apoio que puder ser dado para o enfrentamento desse grande desafio. Estamos dispostos e prontos para cumprir a nossa missão constitucional, de transformar em lei as melhores políticas públicas. Com isso, seremos capazes de resolver

os problemas da Amazônia e conduzir a nação brasileira a seu destino de prosperidade e justiça social – assinalou.

Glebas

O seminário discutiu temas como a definição do tamanho das glebas de terra que devem ser imediatamente regularizadas na região. Também participaram do evento, entre outros, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto; o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger; e o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, Rogério Portugal Bacelar.

Mozarildo: índice revela descaso com região Norte

Os resultados do primeiro levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome utilizando a metodologia do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) foram destacados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o senador, o novo indicador mostra que a pior situação em termos de fragilidade social está na região Norte.

O IDF examina o grau de pobreza das famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

– Os municípios piores estão na Amazônia. É a realidade mostrada pelo próprio governo. Só se preocupam com árvores e bichos, mas não com os seres humanos que estão lá – critica Mozarildo.



Municípios com mais pobreza estão na Amazônia, diz Mozarildo



Senador defende parceria entre Estado e sociedade civil

Zambiasi quer aprovar projeto sobre inclusão

A aprovação do projeto que prevê parceria entre o Estado e a sociedade civil em investimentos sociais, a partir da concessão de benefícios fiscais, foi defendida por Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O senador é autor da proposta (PLS 383/03), já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que agora será votada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– O projeto quer viabilizar, estimular a participação de empresas e pessoas físicas, entidades e ONGs em ações de erradicação da pobreza e inclusão social nos âmbitos federal, estadual e municipal – explicou Zambiasi.

Exedito cobra acordo sobre reserva florestal

Exedito Júnior (PR-RO) fez um apelo ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para que mantenha sua promessa de acordo para a retirada de famílias da reserva florestal do Bom Futuro, em Rondônia. O senador explicou que está buscando responder às angústias desses rondonienses, em face de notícias que dão conta da desocupação iminente daquela área.

– Temos algo em torno de 5 mil famílias na região. Lá há 100 mil cabeças de gado – argumentou.

Ele também pediu a votação, pela Câmara, de proposta que transfere servidores de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal (PEC 483/05).



Exedito espera negociação para retirada de moradores

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por três MPs

Às 14h, a sessão é deliberativa. Três medidas provisórias trancam a pauta de votações.

Garibaldi assina convênios com o STF

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 9h30, da abertura do I Simpósio da Comissão de Infra-Estrutura; às 10h, da missa de Natal da Gráfica; às 11h15 recebe a Delegação Parlamentar para Relações com o Mercosul do Parlamento Europeu; às 11h30 assina convênios com o Supremo Tribunal Federal (STF); às 16h preside a ordem do dia; às 17h recebe o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo; e participa, às 18h e às 18h30, de lançamentos de livros.

Ciclo de debates sobre o Poder Legislativo

No Interlegis, continua o ciclo de debates *O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo*. Às 10h45, o tema é a atuação legislativa do Poder Judiciário; às 12h30, o ativismo judicial e a judicialização da política; e, às 17h30, a atuação legislativa do Executivo e o controle da agenda.

Senador Pedro Simon lança livro de reflexões

Dois livros serão lançados hoje na Casa: *Reflexões para o Brasil do século 21*, de Pedro Simon (PMDB-RS), às 17h, no Salão Nobre; e *As Constituições dos países de língua portuguesa comentadas*, organizado por Fernando Mourão, Walter Porto e Thelmer Mantovanini, às 18h30, na biblioteca.

Audiência analisa avaliações do MEC

Os instrumentos de avaliação elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação e a possibilidade de acesso ao financiamento estudantil (Fies) pelos alunos de instituições ainda não avaliadas pelo Exame

Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) serão debatidos em audiência, às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Entre os convidados está o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes.

Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião deliberativa às 10h, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Voz do Brasil em discussão na CCT

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa substitutivo a três projetos que alteram o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62) com o objetivo de redefinir os horários de veiculação do programa *Voz do Brasil*.

Presidente do BC fala sobre cumprimento de metas

Às 14h, a Comissão Mista de Orçamento e cinco outras comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados ouvem, em audiência pública conjunta, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária e cambial referentes ao primeiro semestre de 2008.

Agricultura orgânica

A cadeia produtiva da agricultura orgânica no Brasil será debatida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30, com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Antes da audiência devem ser votados seis projetos, entre eles o que dispõe sobre a política pesqueira nacional.

CMA vota projeto que trata de obras inacabadas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h, para votar 20 proposições, entre as quais a que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas.

Proposta permite escolha de banco

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota dez itens, entre os quais proposta que permite ao empregado escolher a instituição financeira para receber o salário.

Infra-estrutura em debate na CI

No Auditório Petrônio Portela, às 9h, ocorre a solenidade de abertura do simpósio *Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil*. O evento é uma iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e abordará questões relacionadas a energia elétrica, saneamento básico, meios de transportes e telecomunicações.

CCJ vota PECs sobre recursos para segurança pública

Em reunião às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, entre 24 itens, substitutivo a duas propostas de emenda à Constituição que dispõem sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública. Vota também projeto que estabelece nova modalidade de pena restritiva de direitos.

Mesa rejeita proposta de liberação do uso de terno e gravata no Senado

O uso do paletó e gravata no Senado continuará sendo obrigatório. É que a Mesa Diretora rejeitou ontem proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que desobrigava o uso do terno pelos funcionários e parlamentares da Câmara e do Senado com o objetivo de reduzir despesas com energia elétrica.

A idéia de Camata teve origem em de-

cisão da Organização das Nações Unidas (ONU), que em julho autorizou seus funcionários de Nova York a usarem apenas camisa de manga longa, acompanhada de calça social, e ajustou a temperatura do ar-condicionado de 22°C para 25°C. Segundo o senador, a iniciativa resultou numa economia de US\$ 100 mil mensais na conta de energia elétrica.

Em discurso no último dia 29, Camata sugeriu que a administração federal seguisse a idéia da ONU.

– Num país tropical como o Brasil, por que é que nós temos de nos vestir com traje europeu? – questionou.

Já o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que não chegou ainda a hora de os senadores eliminarem o uso

do terno e da gravata.

– A proposta do senador Camata não encontrou a receptividade que era esperada por ele, tendo em vista que os senadores já estão acostumados com esse traje. E eu também estou no grupo daqueles que acham que não chegou ainda a hora de abrir mão do paletó e da gravata.



Raupp (E), Jucá, José Agripino (ao microfone), Renato Casagrande e Inácio Arruda

Aprovadas emendas à MP que concede reajuste a servidores

O Plenário aprovou ontem duas emendas ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/08, oriundo da Medida Provisória (MP) 440/08, que concedeu reajuste salarial a diversas carreiras consideradas típicas de Estado, além da estruturação de planos de cargos na administração pública federal. Ao todo, foram apresentadas 14 emendas à proposta, que agora retorna à análise da Câmara dos Deputados.

Ao final da votação, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, foi cumprimentado por um grupo de servidores públicos que acompanhavam a discussão da matéria, que teve como relator-revisor o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto básico da medida provisória já havia sido aprovado pelos senadores no último dia 19.

De autoria do próprio Raupp, a primeira emenda aprovada adiciona dispositivo à MP 440/08, dando nova redação ao inciso II do artigo 10 da Lei 11.457/07, que dispõe sobre a administração tributária federal e promove a transformação dos cargos dos técnicos da Receita Federal para analista tributário. A Secretaria da Receita Federal do Brasil é oriunda da fusão da Secretaria da Receita Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal.

A emenda estabelece que os servidores originários da Secretaria da Receita Previdenciária redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil tenham

o mesmo tratamento concedido aos servidores que tiveram seus cargos transformados de técnico para analista tributário, tendo em vista que as responsabilidades e atribuições das duas categorias são as mesmas.

A segunda emenda aprovada, de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), trata da estruturação do plano de carreira e cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Na justificativa da proposta, que dá nova redação ao artigo 102 e às tabelas anexas à MP 440/08, o senador por São Paulo explica que a questão já vinha sendo discutida entre os servidores e o Executivo antes da edição da medida provisória.

Novas regras

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite substitutivo de comissão especial para a Proposta de Emenda à Constituição 511/06, que muda as regras de tramitação das medidas provisórias. Entre os pontos aprovados, está o fim do trancamento da pauta do Plenário pelas MPs.

Ao texto principal foram apresentados destaques para votação em separado, que deverão ser analisados em sessão extraordinária a partir das 10h de hoje. Entre os pontos do texto que serão votados separadamente está o que prevê a necessidade de maioria absoluta para inverter a pauta quando uma MP figurar como primeiro item, em regime de urgência.

Projeto pode trazer para a economia formal 11 milhões

Garibaldi Alves preside reunião em que líderes partidários se comprometem a votar logo a proposta que cria a figura do microempresário individual

TÃO LOGO SEJA desobstruída a pauta de votações, o Senado Federal deverá aprovar o PLC 128/08, que cria, entre outras coisas, a figura do microempresário individual. A proposta foi discutida no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves, com a presença do ministro da Previdência Social, José Pimentel; do secretário de Emprego do estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos; e de lideranças partidárias.

Em entrevista, Garibaldi afirmou que todos os líderes partidários se comprometeram a votar o projeto assim que a pauta da Casa for desobstruída. Para o presidente do Senado, trata-se de um projeto importantíssimo, porque vai tirar da economia informal 11 milhões de contribuintes.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Adelmir Santana (DEM-DF), afirmou que o projeto cria uma revolução, já que traz para a formalidade milhões



Garibaldi (no sofá, à dir.), ao lado de Jucá e Pimentel, debate com líderes

de trabalhadores. Enfatizou que a proposta aumenta a receita da Previdência Social, uma vez que os microempresários contribuirão com 11% do valor do salário mínimo.

Adelmir também ressaltou que eles estarão isentos de todos os outros tributos federais, pagando apenas R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os estados, no caso de vendedores, ou R\$ 5 de Imposto Sobre Servi-

ços de Qualquer Natureza (ISS) para os municípios, no caso de prestadores de serviços. Além disso, afirmou, o projeto simplifica a inscrição e a contribuição previdenciárias.

O ministro da Previdência afirmou que o projeto deverá ser votado na próxima semana e beneficiará, entre outros, feirantes, pedreiros, eletricitas, encanadores, doceiros, pipoqueiros, borracheiros e costureiras.

Permanece impasse sobre MP das Filantrópicas

Permaneceu o impasse na reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre o encaminhamento a ser dado à Medida Provisória (MP) 446, conhecida como MP das Filantrópicas. A MP foi devolvida por Garibaldi para o Executivo. Um recurso apresentado pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), contra a decisão de Garibaldi, aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os líderes partidários, no entanto, chegaram a um acordo de que esse requerimento não será

analisado antes que se chegue a um consenso.

O presidente do Senado defendeu a substituição da MP por projeto de lei sobre o assunto que já tramita na Câmara dos Deputados. Ele disse que iria falar com o presidente daquela Casa, deputado Arlindo Chinaglia, sobre essa possibilidade.

Garibaldi Alves afirmou que “vai continuar aquela queda-braço, caso se insista na manutenção da tramitação da MP”. Ele lembrou que somente a CCJ poderá dizer se sua decisão de devolver a MP foi ilegal. Mesmo

assim, ele ainda teria direito a recurso contra a decisão na própria CCJ e, em última instância, no Plenário do Senado.

– A mim, interessa sustentar que a MP não era uma solução, não posso retroceder. Toda e qualquer outra solução poderá ser aceita, mas, infelizmente, não foi encontrada ainda – afirmou.

O líder do governo, Romero Jucá, por sua vez, ressaltou que já há concordância entre os líderes para que a medida provisória seja substituída por um projeto de lei com tramitação em regime de urgência.



Paulo Paim (3º à esquerda) reúne-se com representantes de entidades

Paim admite retomar vigília na noite de hoje

Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que poderá ser retomada, hoje à noite, a vigília em favor da aprovação de projetos em benefício dos aposentados que tramitam na Câmara. Entre eles está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 58/03, de autoria de Paim, que recompõe o poder de compra das aposentadorias e pensões.

O senador explicou que à

meia-noite de hoje vence o prazo para apresentação de recurso para que o PLS 58 seja examinado também em Plenário.

– Esperamos que os senadores desistam do recurso, a fim de que o projeto siga para a Câmara sem a necessidade de ser apreciado pelo Plenário do Senado. Mas, se houver recurso, nós retomaremos nossa vigília – disse o senador, em alusão à jornada de

discursos pronunciados de 19h40 do dia 18 de novembro às 6h do dia seguinte.

Paim e 37 representantes de entidades sindicais e de aposentados definiram ontem um calendário básico de mobilização nacional em prol de três projetos de lei em favor dos aposentados, já aprovados pelo Senado, e que tramitam na Câmara dos Deputados.

Arns diz que projeto contribuirá para reduzir distorções e fraudes



Senador destaca denúncias sobre oferta de carteirinhas como "brinde"

A aprovação, pela Comissão de Educação, de projeto que limita a venda de ingressos de meia-entrada para estudantes e pessoas com mais de 60 anos foi comemorada por Flávio Arns (PT-PR).

O senador, co-autor do projeto (PLS 188/07), destacou a união de estudantes e artistas para a elaboração do texto, que, a seu ver, "contribuirá para a redução

de uma série de distorções na concessão de carteirinhas, evidenciadas nas audiências públicas que antecederam a votação da matéria, e que fundamentaram denúncias encaminhadas à Polícia Federal".

— Há programas de rádio que oferecem para os ouvintes uma carteira de estudante, caso telefonem para a rádio, empresas que vendem telefone celular e que dão também, como brinde, uma carteira de estudante para meia-entrada — disse.

O senador observou que os critérios para a fiscalização do cumprimento da cota de 40% dos ingressos reservados para a meia-entrada serão definidos por um grupo de trabalho, com a participação de todos os envolvidos. A cota de 40% foi questionada na reunião da CE pelos representantes da União Nacional dos Estudantes.

Marina protesta contra invasão do Ibama no Pará

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou ontem, em Plenário, sua indignação com a invasão do escritório regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ocorrida no município de Paragominas, no estado do Pará, no último domingo.

Durante a invasão, cerca de 3 mil pessoas, que protestavam contra a apreensão, pelos fiscais do Ibama, de 400 metros cúbicos de madeira ilegal, destruíram documentos, móveis, computadores e veículos do órgão federal.

— Eu quero repudiar esse tipo de violência. Não é a primeira vez que isso acontece, mas, nesse caso de Paragominas, o escritório do Ibama sofreu uma ação criminosa que levou à destruição de veículos e ao in-



Marina: "Escritório do Ibama sofreu uma agressão criminosa"

cêndio de logradouros públicos. A agressão foi praticada contra aqueles que estão cumprindo o seu dever. Inclusive atiraram garrafas de coquetel molotov e colocaram em risco a vida dos servidores públicos federais — disse Marina.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Flávio Arns (PT-PR) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Marina Silva. José Nery alertou para a necessidade de o caso ser julgado na Justiça Federal a fim de que os culpados não fiquem impunes.

José Nery pede libertação de líderes dos sem-terra no Piauí



MST reivindica a desapropriação da Fazenda Buriti, segundo José Nery

José Nery (PSOL-PA) prestou ontem solidariedade a dois líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) presos no município de Demerval Lobão (PI). O senador, que exigiu a libertação dos dois, explicou que conflito entre os sem-terra e a tropa de choque da Polícia Rodoviária Federal, no município, levou à prisão dos líderes José Romualdo Brasil e Jivaldo Costa. De acordo com

José Nery, os dois estão presos até o momento sem acusação formal.

O parlamentar disse que os policiais reprimiram os sem-terra com "extrema violência", agredindo crianças, mulheres e idosos que se encontravam no protesto e no ato de fechamento da rodovia BR-316.

— É triste que tais fatos ocorram em nosso país. Infelizmente, os movimentos sociais ainda são tratados como caso de polícia pelas autoridades. Mais triste ainda é ver um estado como o do Piauí, onde o governador pertence ao PT, utilizar ou permitir que se utilizem tais procedimentos para tentar resolver conflitos pela posse da terra e pela reforma agrária — lamentou José Nery.

O senador informou que os trabalhadores sem terra do Piauí reivindicam a desapropriação da Fazenda Buriti para reforma agrária.

Inácio Arruda anuncia a apresentação de recurso para que proposta com objetivo de acabar com falsificação de carteiras estudantis seja votada em Plenário antes de ser enviada à Câmara



Marcelo Perillo

Comissão de Educação aprova cota de 40% para meia-entrada

APÓS CERCA DE três horas de debate com a presença de líderes estudantis e de representantes de artistas e produtores, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto que limita a venda de ingressos pela metade do preço a 40% do total de lugares oferecidos ao público. O texto acolhido é o substitutivo da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a proposta (PLS 188/07) que assegura a meia-entrada a estudantes e pessoas com mais de 60 anos em cinema, teatro, circo, museus, parques e eventos educativos e esportivos.

O principal ponto de divergência entre os senadores foi a cota de 40%. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou voto em separado propondo a retirada do limite, mas sua sugestão foi rejeitada por 14 votos a 7. Inácio Arruda disse que a cota é uma restrição à conquista histórica dos estudantes. E informou que apresentará recurso para que o projeto, votado em decisão terminativa na CE, seja submetido à apreciação do Plenário.

A cota foi defendida pela relatora e pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autores do projeto original.

Azeredo afirmou que a importância econômica da atividade artística e cultural deve ser levada em conta na instituição da cota de 40%. Flávio Arns lembrou que o assunto foi debatido no Senado nos últimos quatro anos.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) se disse surpreso

com as divergências entre artistas e produtores, em defesa da cota de 40%, e estudantes, contrários ao limite. O senador observou que, ao longo de sua vida, acostumou-se a ver artistas e estudantes do mesmo lado.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que, em razão das carteiras irregulares, facilitada pela Medida Provisória 2.208/01, a meia-entrada ficou falsa.

— Os produtores, para cobrir seus custos, aumentaram de tal maneira os preços dos ingressos que a meia-entrada vira uma entrada inteira — declarou Cristovam.

O artigo 5º do texto revoga a Medida Provisória 2.208/01, que retirou da União Brasileira dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) a atribuição de emitir carteiras estudantis. A MP, na opinião de Inácio Arruda, gerou as condições para a falsificação em massa de carteiras de estudante.

A proposta da relatora também autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e Identificação Estudantil. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que normas como essa, que autorizam o Executivo a criar o conselho, em vez de criá-lo na própria lei, podem ficar no papel por muito tempo.

A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, afirmou que estudantes e artistas defendem a revogação da MP 2.208/01.



Cristovam (à esquerda, na foto acima) preside reunião que aprovou projeto, relatado por Marisa Serrano, sobre venda de ingresso pela metade do preço. Simon (à direita, na foto ao lado) conversa com artistas e produtores de espetáculos. Ele estranhou que representantes do setor artístico e de estudantes tivessem posições diferentes

Senado homenageia Machado de Assis

Centenário da morte do escritor é lembrado em sessão especial, aberta pelo senador Efraim Morais. Segundo Marco Maciel, autor da iniciativa, objetivo foi despertar nos brasileiros o gosto pela leitura



J. Freitas

O SENADO REALIZOU sessão especial em homenagem a Machado de Assis, na passagem do centenário da morte do escritor. Na ocasião, o senador Marco Maciel (DEM-PE), um dos propositores da homenagem, lembrou que a iniciativa tem por objetivo despertar nos brasileiros o gosto pela leitura.

Fizeram parte da Mesa o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), cujo discurso abriu a sessão; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau; o deputado e 1º secretário do Congresso, Osmar Serraglio (PMDB-PR); a coordenadora da Comissão Ano Cultural Artur da Távola, que organizou as homenagens, Ana Cláudia Costa Badra, além do professor Antônio José Barbosa, consultor legislativo do Senado, que, na abertura da sessão, leu a crônica Os dias, de Machado de Assis.

Durante o evento, Marco Maciel rememorou, em detalhes, a produção literária e a biografia de Machado de Assis. O senador destacou que o escritor

foi o fundador e o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que lutou pelo voto das mulheres e pelos direitos de minorias.

Também em discurso para homenagear o escritor, falecido no dia 29 de setembro de 1908, Efraim Morais lembrou que Machado de Assis foi "um dos grandes brasileiros" de todos os tempos, responsável por uma obra universal, admirado no nosso país e no exterior.

— Com reverência, o Senado Federal presta esta homenagem — disse.

Senhor das letras

Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que Machado de Assis foi "um dos maiores escritores, senão o maior, no idioma pátrio". Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) optou por enaltecer o escritor carioca relatando experiência que realizou no Acre, com o incentivo à leitura. Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou Machado como alguém que "superou sua situação social e his-

tórica para criar uma ficção universal", comparando-o a Dante, Shakespeare e Cervantes. O senador Mão Santa (PMDB-PI) recordou que o economista Celso Furtado considerava Machado de Assis, Aleijadinho e Villa-Lobos "os três maiores gênios brasileiros".

Exposição Machado Vive

Ao fim da sessão especial, Maciel inaugurou a exposição Machado Vive, que poderá ser visitada até o dia 16 de dezembro no hall entre as alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela. A mostra foi organizada numa parceria entre o Senado e a Academia Brasileira de Letras.

Também fazem parte do conjunto de homenagens a publicação de obras já consideradas clássicas como O Velho Senado, editada pelo Conselho Editorial do Senado. A Fundação Astrojildo Pereira apresentou Machado de Assis, ensaios e apontamentos avulsos, lançado em 1959 pelo jornalista e escritor Astrojildo Pereira.



Antonio Barbosa, Eros Grau, Garibaldi Alves, Marco Maciel e Osmar Serraglio acompanham pronunciamento de Marconi Perillo (ao microfone, na foto acima). Ana Cláudia Badra, Serraglio, Marcos Vilaça e Maciel participam da abertura da exposição Machado Vive



Adelmir Santana (D) fala durante a sessão requerida por Marconi Perillo

Plenário celebra os dez anos de entidade de jovem empreendedor

O Senado homenageou ontem a Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje) por seus dez anos de atuação. Criada em 1998, a entidade busca estimular jovens empreendedores. A entidade é presidida por Marcelo Azevedo dos Santos.

— O Conaje é uma dessas instituições que atuam de forma decisiva na construção do Brasil moderno — afirmou Marconi Perillo (PSDB-GO), autor do requerimento de homenagem.

O senador salientou que, nestes tempos de crise mundial, a participação dos jovens empreendedores "é de grande significado para o país".

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou a capacidade empreendedora existente no país e citou pesquisa mostrando que, de cada cem brasileiros, 13 são empreendedores. Ou seja, ressaltou, o país tem cerca de 28 milhões de empreendedores.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a diferença entre a pobreza e a riqueza de uma nação está relacionada à disposição de seus cidadãos para assumir o risco associado à aventura de abrir o próprio negócio.

Heráclito Fortes (DEM-PI) instou os jovens empreendedores a melhorarem as representações políticas dos seus estados. Na visão do parlamentar, fazer política também é "empreender".

A maioria dos senadores que se pronunciaram criticou a alta carga tributária brasileira e defendeu a reforma tributária.

Mão Santa (PMDB-PI) citou dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) indicando que a classe média trabalha 274 dias para pagar tributos e impostos e para adquirir serviços privados oferecidos por médicos e escolas.

Dornelles denuncia atraso na emissão de certidões negativas

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ocupou ontem a tribuna para denunciar o atraso na emissão, pelo governo federal, de certidões negativas de débito (CND) a empresas. O parlamentar fez apelo à secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, para que intervenha junto ao órgão que comanda e dê uma solução para o problema.

De acordo com Dornelles, apesar do prazo estipulado pela legislação para a emissão das certidões ser de dez dias,

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou a importância de o Parlamento fazer a reforma tributária, reduzindo a carga e aumentando a competitividade dos produtos brasileiros.

Por sua vez, Raimundo Colombo (DEM-SC) afirmou que o Brasil precisa urgentemente de medidas que ampliem as possibilidades de novos empreendimentos.

Capitalismo

Neuto de Conto (PMDB-SC) sinalizou a capacidade da juventude para a inovação, lembrando que as grandes revoluções industriais foram estimuladas por idéias dos jovens.

A discutir a vigência do modelo capitalista na economia mundial, Inácio Arruda (PCdoB-CE) mencionou a batalha entre os que querem um projeto sustentável de desenvolvimento nacional e os que acreditam na ideia de desenhar um projeto de país exclusivamente com as forças do mercado, considerado "a salvação de tudo".

Na opinião de Tasso Jereissati (PSDB-CE), "várias tentativas foram feitas, ao longo dos séculos, para substituir a liberdade de empreender, e nunca se conseguiu algo que chegasse perto de ser tão bem-sucedido quanto o modelo baseado na iniciativa da Humanidade para vencer e mudar".

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a capacidade de o capitalismo se reciclar, de sobreviver após diversas crises como a atual. O senador também defendeu investimentos em educação como bandeira primordial para a verdadeira distribuição de riquezas, o que é "muito mais forte do que qualquer perspectiva de política social compensatória".

raramente a Receita tem levado menos de 30 dias para fornecer o documento. Segundo ele, os servidores alegam acúmulo de serviço e falta de pessoal.

— O contribuinte tem sido tratado como se fosse um mau cidadão. Não há economia que possa sobreviver a tal inércia — protestou. Dornelles assinalou que a falta da certidão, para as empresas, impossibilita a escrituração dos bens, com "prejuízos econômicos e sociais inequívocos".



Moreira/Imaz

Ex-governador de Sergipe e engenheiro João Alves Filho (foto) lançou ontem, no Senado, o livro *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco*. O evento contou com o apoio de Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

Para fundamentar as críticas ao projeto de transposição, João Alves consultou diversas autoridades, entre as quais Apolo Heringer Lisboa, fundador do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e Luiz Carlos da Silveira Fontes, professor da Universidade Federal de Sergipe.

Congresso debate preparação para a Copa de 2014

No 10º Congresso Brasileiro da Atividade Turística (CBratur-2008), que busca debater os investimentos e as providências necessárias para o Brasil sediar a Copa do Mundo no Brasil em 2014, a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a oportunidade que essa discussão preparatória propicia para avaliar as demandas.

A senadora avaliou que existem três eixos que precisam receber uma atenção maior.

– Primeiro, a preocupação com a infra-estrutura; segundo, a questão da qualificação profissional, que é sem dúvida o grande desafio que nós temos que enfrentar; e, por fim, a motivação para o aproveitamento dessa infra-estrutura futuramente – explicou.

O congresso contou ainda com a participação dos ministros do Esporte, Orlando Silva, e do Turismo, Luiz Barretto; de deputados federais; da representante da Organização Mundial do Turismo, Sandra Carvão; e do vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Weber Magalhães.

O encontro, que começou ontem e se encerra hoje, é promovido pela CDR, Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, frentes parlamentares do Turismo e do Esporte, Confederação Nacional do Comércio (CNC), Sesc e Senac.



Márcia Kallume

Lúcia Vânia: organização deve atentar para profissionais e infra-estrutura

Parlamentares de Santa Catarina buscam ajudar vítimas das chuvas

Em reunião no gabinete de Ideli Salvatti, o deputado Vignatti informou que está no Ministério do Planejamento uma medida provisória para liberar recursos para o estado, onde, até ontem, já haviam sido confirmadas 84 mortes

O FÓRUM PARLAMENTAR Catarinense reuniu-se ontem, no gabinete de Ideli Salvatti (PT-SC), para traçar um plano de ajuda aos atingidos pelas chuvas que castigam o estado.

A reunião foi comandada pelo deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), que representou a senadora, presidente do fórum. Vignatti informou que já está no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uma medida provisória para liberar recursos para Santa Catarina.

O evento reuniu quase todos os deputados federais catarinenses e os senadores do estado Neuto de Conto (PMDB) e Raimundo Colombo (DEM). Também participaram o prefeito eleito de Joinville, Carlito Merse, o deputado estadual

Décio Góes (PT) e o comandante da Defesa Civil do estado, Luiz da Silva Maciel.

Na ocasião, Vignatti informou que a calamidade atinge de forma indireta todo o estado, uma vez que a produção de frango do oeste pode estar comprometida devido à dificuldade de escoamento da produção.

– Em função da destruição dos molhes do Porto de Itajaí, não haverá possibilidade de escoar a produção. Temos medo de que a cadeia produtiva do estado seja atingida – disse o deputado.

O comandante Maciel, por sua vez, deu um panorama dos prejuízos causados pelas chuvas no estado. Ele informou que, hoje, são mais de 60 mil desabrigados em Santa Catarina e que Itajaí é a cidade que necessita de

mais atenção, já que 80% do município está debaixo de água. Afirmou ainda que doações em dinheiro estão sendo recebidas para auxiliar os atingidos.

Hoje, será realizado um novo encontro do fórum, com a presença de Ideli. A intenção é pressionar o governo federal a liberar recursos. De acordo com Vignatti, há a possibilidade de os parlamentares serem recebidos pelo presidente Lula.

Solidariedade

Em Plenário, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou solidariedade ao povo de Santa Catarina.

– Imagino esta situação hoje em Florianópolis e em todo o estado, interditando estradas, derrubando casas, matando

gente. Que situação difícil e delicada – disse.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o drama vivido naquele estado foi agravado com o rompimento do gasoduto Brasil-Bolívia.

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que o presidente Lula edite a medida provisória anunciada por Vignatti, oferecendo recursos federais para ajudar o governo do estado e as prefeituras catarinenses no socorro.

– Aí, fechamos a pauta do Senado e a aprovaremos, por ser uma emergência e pela relevância da situação de um povo que sofre, dos nossos irmãos de Santa Catarina. Sei que isso não vai restituir as vidas, mas vai minimizar e mostrar que este país tem governo – afirmou.

Comissão externa vai ao estado acompanhar situação

A criação de uma comissão temporária externa para averiguar a situação de Santa Catarina foi aprovada ontem pelo Senado, atendendo a requerimento de Raimundo Colombo (DEM-SC). Após a visita ao estado, a comissão encaminhará sugestão de medidas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública.

Em alguns casos, disse Colombo, em um único dia choveu o equivalente a quatro vezes o que deveria ocorrer no mês. O senador destacou que há oito cidades ilhadas, pessoas desaparecidas e famílias sem comida, água e luz.

– Os moradores de Santa Catarina não param de contabilizar os estragos, na pior enchente desde 1974. Blumenau está sem



Genaldino Magalhães

Situação é dramática, diz Colombo, que requereu a criação do colegiado

água potável há três dias, sendo que metade da cidade está sem energia elétrica – lamentou.

Em apertes, manifestaram solidariedade os senadores Tião Viana (PT-AC), Marco Maciel (DEM-PE), Flávio Arns (PT-PR) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Neuto de Conto elogia atuação do governo federal no socorro

A atuação do governo federal no socorro às vítimas das enchentes em Santa Catarina foi elogiada por Neuto de Conto (PMDB-SC). De acordo com o senador, a força-tarefa enviada ao estado já está trabalhando e está sendo “bem conduzida”.

Segundo ele, as chuvas mais fortes começaram na última sexta-feira. Várias rodovias do estado estão interditadas e um gasoduto está inoperante, informou. No início da noite de ontem, a Defesa Civil havia confirmado 84 mortos e 54 mil desalojados e desabrigados.

Os senadores João Pedro (PT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), Augusto Botelho



Genaldino Magalhães

Para senador, força-tarefa enviada ao estado está sendo “bem conduzida”

(PT-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediram ao governo federal, em apertes, mais recursos para o socorro às vítimas e para a recuperação dos prejuízos ocorridos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Eptácio Cafeteira • Antônio Carlos Valadares • Romeu Tuma • Mão Santa • José Nery

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Lúcio Rennó (E), Inácio Arruda, Fábio Wanderley e Marcos José Mendes

Inácio Arruda: presidencialismo brasileiro debilita o Legislativo

Ao participar do ciclo de debates "O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo", o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) declarou ontem que o sistema de governo existente no Brasil "atrofia o Congresso Nacional e, portanto, atrofia a representação política". O parlamentar disse ainda que é preciso desenvolver no país "não apenas democracia política, mas também econômica".

Segundo Inácio Arruda, "o presidencialismo tem uma força brutal no Brasil, e esse modelo atropela o Legislativo". Ele defendeu a importância do Congresso Nacional como instância de representação política, argumentando que o Legislativo federal, em contraste com os Poderes Executivo e Judiciário, é a instância "na qual a representação é mais abrangente e em que há pluralidade". O senador lembrou que várias correntes de opinião têm assento no Congresso, como os ruralistas, os sem-terra, o patronato e os aposentados.

– No entanto, chegou-se a um ponto em que até o Judiciário atua como legislador.

Inácio Arruda disse que "é preciso aperfeiçoar a democracia de tal sorte que se garanta a elevação da renda da população e que haja mais distribuição de renda".

"O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo", promovido pelo Senado, foi iniciado no dia 18, com a presença do ex-

presidente Fernando Henrique, e termina hoje – quando está prevista a participação, entre outros, do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e do cientista político Fabiano Santos.

Golpe

Para o professor e pesquisador Lúcio Rennó, da Universidade de Brasília (UnB), uma das questões recorrentes na literatura especializada sobre ciência política, quando se trata dos desenhos institucionais de regimes democráticos, é a dualidade entre governabilidade e representatividade.

Rennó explicou que o foco de alguns cientistas políticos na governabilidade teria origem no golpe militar de 1964. Para esses pesquisadores, ressaltou ele, a paralisia do sistema decisório – que inclui o Congresso Nacional – seria uma das causas do golpe.

No entanto, o cientista político Fábio Wanderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), argumentou que o golpe teria ocorrido "mesmo que o Congresso Nacional fosse janguista", referindo-se ao então presidente da República João Goulart. O professor afirmou que o golpe "não aconteceu por ameaça de paralisia decisória e, sim, por ameaça de subversão". Observou que as democracias, quando se mantêm por longos períodos e de forma estável, tendem a produzir redistribuição de renda.

Especialistas apontam avanços no processo orçamentário

Em prosseguimento ao ciclo de debates O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo, os participantes do painel "O Legislativo e o Processo Orçamentário" apontaram conquistas do processo de elaboração do Orçamento.

Participaram do painel – realizado na tarde de ontem, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis –, o professor titular da Universidade de São Paulo Fernando Limongi; o consultor-geral de Orçamento do Senado, Fábio Gondim; o secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Luciano dos Santos; e o chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri.

Após explanação sobre o processo de apresentação de emen-

das ao Orçamento, Fernando Limongi destacou a transparência do processo, ao lembrar a facilidade em acompanhar, por meio da internet, a contabilização dos valores das emendas. Ele afirmou que o compromisso dos parlamentares na apresentação de emendas é com a população que os elegeu.

Já Luciano dos Santos ressaltou a importância do planejamento na implementação e fiscalização de políticas que visem ao desenvolvimento social e econômico. Disse ainda que somente com o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos é que se obtém o rendimento de programas sociais.

Também em defesa de um planejamento estratégico, Marcelo Neri defendeu a discussão acerca dos programas sociais para que eles sejam efetivamente adequados a sua finalidade.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto que autoriza o Executivo a criar o Conselho de Defesa Comercial para evitar ação predatória de estrangeiros

Mecanismo protege indústria de concorrência desleal

COMO FORMA DE proteger a indústria brasileira e evitar que países mais desenvolvidos, neste momento de crise, coloquem no mercado nacional os seus produtos excedentes usando a prática de *dumping*, o que, para os senadores, levaria a economia ao caos, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu ontem substitutivo de Aloizio Mercadante (PT-SP) a projeto de lei -de Francisco Dornelles (PP-RJ) que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Defesa Comercial.

Pela proposta aprovada (PLS 715/07), caberá a esse conselho – órgão federal a ser vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – estabelecer, principalmente, diretrizes e procedimentos para investigações ágeis e eficientes no combate a formas desleais de comércio exterior. Entre elas, está o *dumping* (prática comercial usada quando um país coloca no mercado de outro país produtos com preços



Dornelles quer evitar "entrada no país de produtos altamente subsidiados"

bem abaixo aos dos similares nacionais).

O substitutivo determina que todas as decisões adotadas pelo conselho poderão ser revistas pelo presidente da República. A matéria segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Agilidade

Francisco Dornelles argumentou que o projeto tem por meta

aperfeiçoar o sistema de defesa comercial do país. O motivo, segundo ele, é o fato de a Câmara de Comércio Exterior (Camex), que funciona no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, vir atuando "com lentidão" nessa defesa, já que sofre influência da presença de representantes de outros dois ministérios (o das Relações Exteriores e o da Fazenda).

O fato, argumentou Dornelles, é que, na análise das pendências comerciais, os integrantes da Camex "priorizam as políticas dos seus respectivos ministérios e não os princípios que regem o comércio internacional".

– Tais influências forçam a entrada no país de produtos altamente subsidiados, devido ao interesse do Ministério da Fazenda, representado na Camex, no controle de preços, ou então que medidas de defesa comercial deixem de ser adotadas porque o Ministério das Relações Exteriores teme suas repercussões diplomáticas.

Novo diretor da CVM defende auto-regulação com regras

O advogado Otávio Yazbek, que teve seu nome aprovado ontem para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pela Comissão de Assuntos Econômicos, defende para o Brasil a adoção de um arranjo institucional que combine a auto-regulação dos mercados com regras definidas pelo Estado. Para ele, falar em auto-regulação não representa apoiar irrestrita liberalização dos mercados.

Em resposta a questão de Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, Yazbek – diretor de Auto-Regulação e membro do Conselho de Administração da Bovespa Supervisão de Mercado (BVM) – disse que a crise financeira internacional reforça a necessidade de mecanismos eficientes de responsabilização de gestores e transparência nos mercados. Ao senador Gerson Camata (PMDB-ES) informou que o país já dispõe de leis adequadas para fazer frente aos desafios que se estão apresentando.

Governança

Yazbek elogiou os mecanismos de auto-regulação adotados pela Bovespa, baseados na classificação das empresas em níveis diferenciados de governança corporativa e transparência das informações oferecidas ao mercado. O tema foi destacado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o indicado disse que defende a revisão da legislação que regulamenta a atividade de clubes de investimento em bolsas de valores, utilizados por pequenos investidores como mecanismo de acesso ao mercado de ações. Segundo ele, existem 2.600 clubes de investimento registrados na BMF/Bovespa.

A mensagem presidencial com a indicação de Yazbek (MSF 216/08) recebeu na CAE 19 votos favoráveis e 1 contrário e será submetida ao Plenário. Participaram ainda da sabatina os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Romeu Tuma (PTB-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Recriação da Sudeco vai ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei complementar do Poder Executivo (PLC 119/06) que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. Por solicitação da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a CAE acolheu também regime de urgência para a tramitação da matéria, que segue agora para o Plenário.

O projeto já foi aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A CAE acatou requerimento de autoria dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Gilberto Goellner (DEM-MT) para a criação de grupo de trabalho destinado a organizar um seminário internacional com o objetivo de debater a crise financeira mundial.

Foi aprovado ainda requerimento de Mercadante e de Osmar Dias (PDT-PR) solicitando a realização de audiência pública sobre a repactuação da dívida agrícola brasileira.



Aloizio Mercadante (E) preside reunião em que Otávio Yazbek é sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos



José Cruz

Sérgio Souza Pinto chefiou delegação do Parlamento Europeu que visitou a CRE

Deputado português defende integração

A rápida assinatura do acordo de associação comercial entre o Mercosul e a União Européia seria um "fator de avanço e progresso" nas relações entre os dois blocos, disse ontem o deputado português Sérgio Souza Pinto. Chefe de uma delegação do Parlamento Europeu em visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele afirmou que o mundo precisa de uma Europa forte e que a Europa necessita de um Mercosul igualmente forte.

Segundo o deputado português, a União Européia vê nos integrantes do bloco sul-americano seus "parceiros naturais" na construção de uma nova ordem multipolar.

Em resposta, o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), defendeu a realização de um permanente trabalho de diplomacia parlamentar. O senador negou, em resposta à deputada francesa Nathalie Griesbeck, haver movimentação política para permitir a disputa de um terceiro mandato pelo presidente Lula.

A delegação era composta por 11 parlamentares de Portugal, França, Alemanha, Espanha, Polônia e Itália.



José Cruz

Satya Nandan recomenda ao Brasil que promova pesquisas no oceano

Pesquisa mineral no Atlântico Sul

Em palestra aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o secretário-geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Satya Nandan, recomendou ontem ao Brasil promover pesquisas a respeito do potencial mineral do Atlântico Sul. Ele observou que é cada vez maior o interesse de diversos países pelos recursos minerais localizados no fundo dos oceanos, em áreas de águas internacionais.

– Países como a China começam a se interessar pela exploração de minérios no fundo do mar. O Brasil poderia começar suas pesquisas para localizar potenciais riquezas, pois, se vocês não o fizerem, outros vão fazê-lo – alertou Nandan.

O secretário-geral lembrou que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar entrou em vigor em 1994, 12 anos depois de sua assinatura. Mas ainda existem países, como os Estados Unidos, que não aderiram aos termos da convenção. Ele disse esperar que a nova administração norte-americana ratifique logo o documento.



Leopoldo Silva

Em audiência na CRE, deputado Marcondes Gadelha (E), Antonino Santos, Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo

Atitude do Equador "não é o caminho para amigos"

Embaixador em Quito aponta "desconforto e perplexidade" ao dizer que considera correta a decisão do governo brasileiro de chamá-lo para consulta

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto e Santos, disse considerar correta a decisão do governo brasileiro de convocá-lo para consulta sobre a recente atitude do governo equatoriano de questionar a dívida para construção da usina hidrelétrica San Francisco naquele país. A construção da usina foi feita pela empreiteira e construtora brasileira Norberto Odebrecht e contou com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CRE também aprovou convite ao diretor de Assuntos Internacionais da Odebrecht para falar sobre o impasse aos senadores.

O governo do presidente

Rafael Correa questiona o financiamento (que se configura como uma dívida do Equador com o Brasil) junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, em Paris.

Desconforto

A decisão do Equador fez com que o governo chamasse o embaixador de volta ao Brasil, uma demonstração de "desconforto e perplexidade" do governo brasileiro, segundo o diplomata.

– Chamar o embaixador mostra que a atitude do Equador não é o caminho para países amigos.

Antonino Santos lembrou que as relações entre Brasil e Equador são historicamente amistosas e cooperativas e que, depois de eleito, a primeira visita internacional do presidente Rafael Correa foi

ao Brasil. O embaixador disse que, um ano após a conclusão das obras da hidrelétrica, foram encontrados defeitos técnicos na obra, posteriormente corrigidos pela Odebrecht. De acordo com ele, a usina passou a funcionar a plena capacidade em outubro deste ano, após a correção das falhas feita pela empresa. Disse ainda que a usina San Francisco gera cerca de 12% da energia equatoriana.

O financiamento junto ao BNDES para construção da usina, afirmou o embaixador, é de US\$ 242,9 milhões, chegando, com juros e encargos, a US\$ 331 milhões. Mesmo questionando a dívida, o governo equatoriano já informou que pretende pagar as parcelas até decisão da Corte de Paris. A primeira parcela, de US\$ 15 milhões, deve ser paga em dezembro.



Gerardo Magalhães

Primeiro-ministro fala no Plenário, ao lado de Garibaldi Alves, Epitácio Cafeteira (de pé) e Marconi Perillo

Premiê de Cingapura quer maior parceria

O primeiro-ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong, visitou ontem o Plenário, acompanhado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ao apresentar o primeiro-ministro, Garibaldi disse que Cingapura pode oferecer lições no campo da economia aos países emergentes.

– Queremos estreitar relações com Cingapura para que possamos oferecer dias de maior prosperidade e paz aos nossos povos, enfrentan-

do juntos a crise financeira internacional – afirmou o presidente do Senado.

Lee Hsien Loong, por sua vez, frisou estar honrado por falar ao Senado brasileiro. Ele ressaltou que os países do mundo precisam "ver um horizonte melhor" e buscar soluções para combater a crise. Em sua opinião, uma das estratégias que devem ser adotadas é ampliar o número de amigos e parceiros em todo o mundo.

– Esperamos melhorar as

relações com o Brasil e que Brasil e Cingapura possam ser, além de amigos, grandes parceiros comerciais – disse.

País insular localizado no Sudeste da Ásia, Cingapura é uma república parlamentarista unicameral, composta por 84 parlamentares com mandato de cinco anos. O território do país é de apenas 693 quilômetros quadrados e a população é de 4,6 milhões de habitantes. O produto interno bruto (PIB) é de US\$ 161 bilhões.

VALTER PEREIRA CRITICA POLÍTICA COM VIZINHOS

Valter Pereira (PMDB-MS) criticou ontem a postura do governo Luiz Inácio Lula da Silva em relação aos países vizinhos. Mesmo que no conflito com o Equador o governo tenha agido com firmeza, o senador avalia que a decisão daquele país foi provocada por "atitudes tibias" brasileiras, como no episódio em que o presidente boliviano, Evo Morales, rompeu contratos e nacionalizou refinarias da Petrobras.

Em sua opinião, nas negociações com Morales, o governo Lula fez muitas concessões, aceitando inclusive a interferência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.



Moreira Mariz

QUINTANILHA PARTICIPA DO FÓRUM DE ÁGUAS



Gerardo Magalhães

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) relatou ao Plenário sua participação no Fórum de Águas das

Américas, realizado em Foz do Iguaçu (PR). O encontro, que reuniu especialistas e autoridades governamentais ligadas à gestão das águas de países de todo o continente americano, é uma prévia para o Fórum Mundial das Águas, que ocorrerá no próximo ano na Turquia.

De acordo com o parlamentar, foram discutidos todos os aspectos relacionados ao uso da água, como a produção de alimentos e o uso de hidrovias. No debate ficou evidente, afirmou, a defesa da idéia de que a água é um bem ao qual todos devem ter acesso.

MÃO SANTA LAMENTA FALHA EDUCACIONAL

Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo de incompetência para tratar da educação pública. A afirmação ocorreu ao comentar matéria do jornal *O Globo*, baseada em relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sobre a qualidade da educação primária em vários países do mundo.

O senador lamentou as deficiências detectadas pela pesquisa na educação brasileira, colocando o ensino fundamental atrás do de países como a Bolívia, Equador e Venezuela. Há quase 2.500 anos, a Grécia dava ao seu povo uma educação melhor, disse.



Gerardo Magalhães